

GUIA JUSTIÇA ALIMENTAR E CIDADANIA



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016



O QUE É JUSTIÇA ALIMENTAR?

Justiça Alimentar é um movimento que luta contra as desigualdades e assimetrias geradas pelo sistema alimentar. A Justiça Alimentar defende que os riscos e benefícios da produção, distribuição e consumo de alimentos devem ser distribuídos de forma equitativa entre os diversos setores da sociedade. O movimento aborda temas variados, tais como o reconhecimento da importância da produção local de alimentos, a valorização de práticas e conhecimentos tradicionais, a crítica ao modelo hegemônico de alimentação, centrado na proliferação de ultraprocessados e o apoio aos modelos alternativos de produção e consumo.

O QUE É O GUIA JUSTIÇA ALIMENTAR E CIDADANIA?

O Guia Justiça Alimentar é uma plataforma de propostas políticas para as eleições municipais de 2016. O Guia Justiça Alimentar é dividido em dez eixos temáticos sobre a política de segurança alimentar e nutricional do Município, a saber:

- Agricultura urbana e periurbana;
- Desenvolvimento local e circuitos curtos de produção e consumo;
- Combate aos Agrotóxicos;
- Educação Alimentar e Nutricional;
- Hortas Escolares;
- Alimentação Escolar;
- Alergia Alimentar;
- Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional;
- Desperdício de Alimentos;
- Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade local.

COMO USAR O GUIA JUSTIÇA ALIMENTAR E CIDADANIA?

O Guia Justiça Alimentar e Cidadania é um documento que visa orientar o debate político sobre política alimentar nas eleições de 2016.

O Guia pode ser utilizado para subsidiar debates nas escolas, associações, cooperativas, movimentos e coletivos sociais. Além disso, partidos, candidatos e coligações partidárias podem utilizar as ideias do Guia com o objetivo de fundamentar as suas propostas e planos de governo.

Por fim, o eleitor pode usar o Guia como uma bússola informativa sobre o direito à alimentação e, assim, escolher o seu candidato com mais consciência e responsabilidade.

QUEM PRODUZIU O GUIA JUSTIÇA ALIMENTAR E CIDADANIA?

O Guia Justiça Alimentar foi organizado pelo Instituto Reaja – Rede de estudos e ações em Justiça Alimentar. O Instituto REAJA consiste em uma rede de articulação política e acadêmica que visa promover o debate crítico e interdisciplinar sobre o direito à alimentação, bem como a elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional

As propostas foram elaboradas pelas organizações:

- MUDA - Movimento urbano de Agroecologia de São Paulo;
- Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida;
- MILC - Movimento Infância Livre de Consumismo;
- Movimento Põe no Rótulo;
- Comida Invisível;
- além do próprio Instituto REAJA.

ELEIÇÕES 2016

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES



01 MUDA-SP



02 INSTITUTO
REAJA



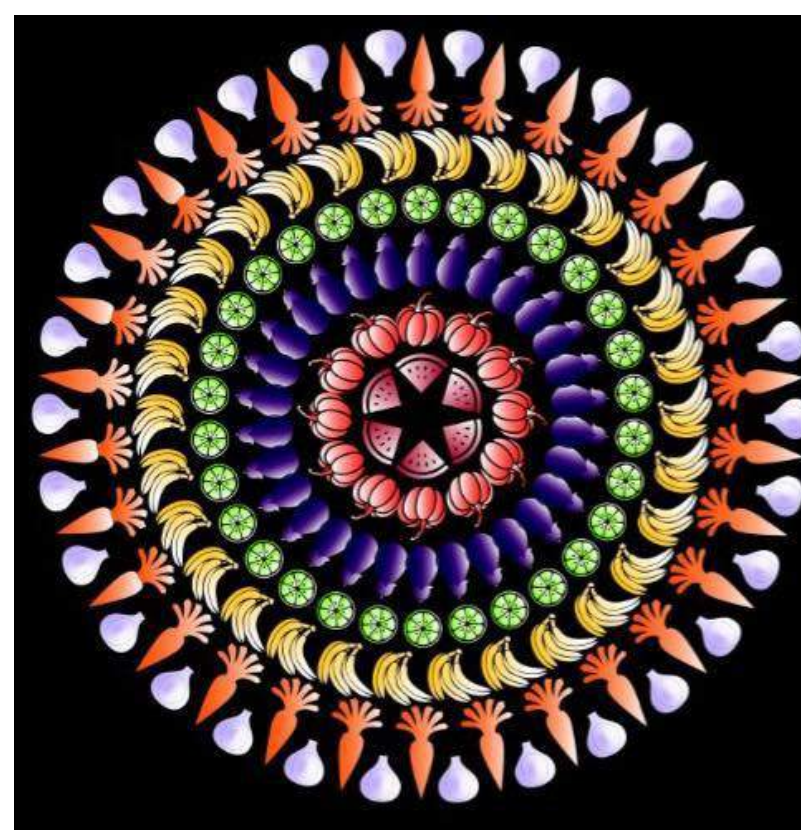
03 CAMPANHA
CONTRA OS
AGROTÓXICOS



04 MILC



05 PÕE NO
RÓTULO



06 COMIDA
INVISÍVEL

INSTITUTO REAJA

<https://institutoreaaja.org/>

<https://www.facebook.com/institutoreaaja/>

É permitida a reprodução parcial ou total
desta obra, desde que citada a fonte

www.institutoreaaja.org
contato@institutoreaaja.org

PROPOSTAS

PROPOSTA 1 – Agricultura urbana e periurbana - Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA-SP

PROPOSTA 2 - Desenvolvimento local e circuitos curtos de produção e consumo - Instituto REAJA

PROPOSTA 3 – Combate aos Agrotóxicos - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

PROPOSTA 4 - Educação Alimentar e Nutricional - Instituto REAJA

PROPOSTA 5 – Hortas Escolares - Movimento Criança Livre de Consumismo - MILC

PROPOSTA 6 – Alimentação Escolar - Instituto REAJA

PROPOSTA 7 – Alergia Alimentar - Movimento Põe no Rótulo

PROPOSTA 8 - Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional - Instituto REAJA

PROPOSTA 9 - Desperdício de Alimentos - Comida Invisível

PROPOSTA 10 – Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade local
- Instituto REAJA



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

MUDA-SP - MOVIMENTO URBANO DE AGROECOLOGIA

PROPOSTA

Criação de políticas públicas para apoiar a agroecologia intra e periurbana.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

A agricultura urbana e periurbana possuem múltiplas potencialidades tanto para a melhoria das cidades e da qualidade de vida de seus habitantes quando para a redução da demanda de recursos naturais sobre os ecossistemas das áreas não urbanizadas. Ou seja, a agroecologia urbana diz respeito à segurança alimentar e nutricional, à crise ambiental e à vida urbana.

Trata-se de uma alternativa para obtenção de alimentos orgânicos frescos e gratuitos (autoprodução) ou de baixo custo (hortas locais, compra direta do agricultor), reconectar as pessoas com a natureza, ajudar na transição para hábitos alimentares mais naturais, valorizar e proteger a biodiversidade (sobretudo das espécies comestíveis nativas e dos polinizadores) e promover o uso saudável e inclusivo do espaço público.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

A agricultura urbana é também uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e pode contribuir para equacionar o problema dos resíduos sólidos (por meio da compostagem) e um melhor manejo da água em ambiente urbano. Também contribui para a saúde de seus praticantes (segundo estudos nacionais e internacionais), valoriza as tradições camponesas e resgata a cultura alimentar local.

PROPOSTAS CONCRETAS

- Desenvolvimento de programas municipais de fomento à agricultura urbana profissional (para comercialização) e doméstica (para complementação alimentar);
- Construção de políticas de abastecimento que considerem a segurança alimentar como eixo estratégico, valorizando a agricultura urbana e periurbana e a agricultura familiar do município e seu entorno;
- Criação ou ampliação dos os equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSANS), Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Hortas Comunitárias;

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

- Ampliação das Feiras Orgânicas e re-estruturação dos Sacolões e Mercados, reforçando seu aspecto público e de valorização e fortalecimento de pequenos produtores orgânicos e cooperativas;
- Oferecimento de suporte técnico agroecológico para agricultores comerciais e domésticos;
- Promoção de programas, no âmbito das Secretarias de Saúde, que promovam a produção e uso de medicamentos fitoterápicos produzidos localmente;
- Prioridade para o plantio de árvores frutíferas (pomares urbanos) na arborização urbana;
- Garantir que áreas inservíveis, ou sem função social, sejam utilizadas para agricultura urbana sempre que possível.



DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO



DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

INSTITUTO REAJA

PROPOSTA

A consolidação dos circuitos curtos de produção e consumo de alimentos, de modo a promover a proximidade entre produtores e consumidores locais, em especial, originados da agricultura familiar e agroecológica,

JUSTIFICATIVA SOCIAL DA PROPOSTA

O atual sistema alimentar é organizado a partir da lógica do circuito longo de produção e consumo. De acordo com este modelo, a dinâmica da produção de alimentos ocorre desconectada (geograficamente, culturalmente e economicamente) do local de consumo.

No circuito longo de produção, a grande escala de produção está diretamente associada ao sistema complexo de logística (percursos extensos), concentração de capital (grandes redes de supermercados), de modo a gerar um grande impacto socioambiental.

Por outro lado, o circuito curto de produção relaciona-se com um modelo no qual a proximidade entre produtor e consumidor constitui um valor a ser socialmente reconhecido e valorizado.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Os circuitos curtos de produção podem ser divididos em dois tipos: venda direta na qual o produtor comercializa diretamente com o consumidor (feiras ecológicas, lojas de associação de produtores, venda para grupo de consumidores organizados, cestas em domicílio, venda em beira de estrada, venda direta na propriedade) e venda indireta, ou seja, a comercialização na qual existe um único intermediário entre o produtor e o consumidor (lojas especializadas e cooperativas, restaurantes, pequenos mercados, lojas virtuais, vendas para programas do governo). (Darolt, Lamine. Brandenburg 2013, p.9).

O Município deve promover medidas concretas de apoio ao produtor local, de modo a consolidar redes locais de circuitos curtos de produção, Políticas Públicas municipais - traduzidas em suportes financeiro, logístico e técnico - podem incentivar a proximidade entre o agricultor e consumidor de uma região.

Apesar de circuitos longos (grandes produtores ruais e supermercados) dominarem parte significativa do mercado alimentício, uma ação pública ativa do Município pode promover a (re)ligação entre produção e o consumo local de alimentos, de forma a minimizar os riscos ambientais, econômicos e sociais do denominado circuito longo de produção.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

PROPOSTAS CONCRETAS

- Criação de programas de compras públicas municipais que incentive a aquisição de produtos locais;
- Promoção da capacitação contínua de produtores locais por meio de programas de aperfeiçoamento técnico;
- Avaliação da possibilidade de criação ou expansão de mercados municipais que promovam a comercialização de produtos locais.
- Incentivo da institucionalização e formalização de associações de produtores locais;
- Criação de grupos de trabalho com o objetivo de avaliar se as normas de de vigilância sanitária municipal não representam uma barreira de entrada no mercado para os produtores locais;
- Formulação de eventos municipais periódicos que promovam os produtores oriundos da agricultura familiar local, de modo a aumentar o sentido de pertencimento entre produtores e consumidores.



COMBATE AOS AGROTÓXICOS



COMBATE AOS AGROTÓXICOS

PROPOSTA

Criação de políticas públicas municipais que protejam a população dos danos causados pelos agrotóxicos, através de leis e programas que incentivem a diminuição do seu uso, monitorem os alimentos que abastecem o município e promovam a divulgação de seus gravames à saúde e ao ambiente. O objetivo deve ser o de tornar o território municipal livre de agrotóxicos, de modo gradual, mas em ritmo constante.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

O Brasil é o líder do ranking mundial de consumo de agrotóxicos. O uso excessivo dos agrotóxicos está diretamente relacionado à atual política agrícola do país, adotada desde a década de 1960. Os ingredientes ativos presentes nos agrotóxicos podem causar esterilidade masculina, formação de cataratas, evidências de mutagenicidade, reações alérgicas, distúrbios neurológicos, respiratórios, cardíacos, pulmonares, no sistema imunológico e no sistema endócrino, ou seja, na produção de hormônios, desenvolvimento de câncer, dentre outros agravos à saúde.

COMBATE AOS AGROTÓXICOS

O uso de agrotóxicos está deixando de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transformando em um problema de saúde pública e preservação da natureza. E já há comprovação, através de experiências em todo o mundo, de que é possível cultivar de modo agroecológico, sem nenhuma gota de agrotóxicos. Não há município equilibrado sem uma população que tenha acesso a uma boa alimentação, produzida de forma segura, solidária e sustentável.

PROPOSTAS CONCRETAS

→ Proibir a pulverização aérea de venenos para combate da dengue no âmbito do município;

→ Estabelecer uma meta temporal para tornar o município um Território Livre de Venenos;

→ Promover campanhas educativas nas escolas municipais, rádios locais e comunidades, conscientizando as pessoas a não usar agrotóxicos. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida pode disponibilizar cartilhas, cartazes, folhetos, palestras e filmes educativos. Acesse a página na internet www.contraosagrotoxicos.org ou o e-mail contraosagrotoxicosp@uol.com.br;

COMBATE AOS AGROTÓXICOS

- Promover articulação política entre prefeitos da região, visando sua atuação, junto aos governos estaduais, para que ocorra o fim das isenções fiscais relativas ao ICMS cobrado na venda de agrotóxicos;
- Estimular os supermercados da cidade a colocar placas, avisos e rótulos informando quais os produtos que, mesmo a granel, possuem agrotóxicos. Esta definição, aliás, está no Código Brasileiro do Consumidor, mas não é respeitada. O consumidor tem o direito de saber a composição do que está comprando, ainda mais quando se trata de alimentos;
- Orientar os médicos dos hospitais e do SUS que reportem a prefeitura sobre todos os casos de intoxicação ou enfermidades resultantes do uso de venenos, inclusive câncer, para que estes dados informados ao Disque Intoxicação: 0800-722-6001.

PROPOSTA 4



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTITUTO REAJA

PROPOSTA

Elaboração de um Programa Municipal de Educação Alimentar e Nutricional, de modo a promover a consciência crítica sobre os riscos e desigualdades do atual sistema alimentar.

JUSTIFICATIVA SOCIAL DA PROPOSTA

A Educação Alimentar e Nutricional é uma área de estudo e ação político-pedagógica que visa promover a reflexão crítica e a conscientização sobre os desafios de concretização do direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional. De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, o sistema alimentar deve ser compreendido em sua integralidade, de modo a contemplar o acesso à terra, água, os diferentes saberes, o comércio local, as formas de produção, distribuição e consumo. Além disso, o alimento e o ato de cozinhar são estudados como fenômenos culturais e políticos aptos a promover a autonomia e o autocuidado.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A elaboração e implementação de uma agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional representa uma estratégia política fundamental na formação de uma cultura da alimentação saudável como um processo emancipatório, sendo que os atores sociais (gestores, educadores, líderes comunitários, ativistas) possuem papel decisivo na articulação e mobilização dos diversos setores da sociedade.

Dentre os temas abordados em um programa de Educação Alimentar e Nutricional destacam-se o acesso universal à alimentação adequada e saudável, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica, a ampliação e disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, o combate aos agrotóxicos. Na condição de ente federativo, o Município possui um papel estratégico na formulação de políticas públicas de Educação Alimentar e Nutricional.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PROPOSTAS CONCRETAS

- Garantir a oferta de refeições noturnas nos restaurantes populares, após pesquisa sobre a demanda e necessidade junto aos usuários dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional;
- Criar um programa de transição gradual de alimentos provenientes da agroecologia, de modo a garantir uma alimentação livre de agrotóxicos a população de baixa renda;
- Utilizar os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) como espaços privilegiados para a difusão dos programas municipais de educação alimentar e nutricional;
- Promover parcerias com organizações da sociedade civil com o objetivo de promover as ações de Educação Alimentar e Nutricional.



PROPOSTA 5

HORTAS ESCOLARES



HORTAS ESCOLARES

MILC - MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO

PROPOSTA

Formulação de programa de Hortas escolares como mecanismo de controle da obesidade e promotora de saúde e boa alimentação.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

Crescendo em tempos em que os produtos alimentícios ultraprocessados gozam de status de comida da moda, crianças e adolescentes necessitam um maior contato com alimentos in natura. Mais distantes dos alimentos e sua preparação do que crianças das gerações anteriores, boa parte das crianças de hoje conhece comida apenas pela embalagem dos produtos processados e ultraprocessados. Verduras e legumes in natura são estranhos na relação da criança com a comida que, quando muito, conhecem apenas alface e tomate no prato.

Nossa crença é a de que não basta neste momento o contato com o prato, na hora da refeição. As crianças precisam conhecer melhor legumes e verduras, descobrindo como são cultivados, de modo a apropriarem-se da ideia de que é vital para o ser humano o acesso a uma boa alimentação e que alimentos in natura devem ser preferidos aos produtos alimentícios processados.

HORTAS ESCOLARES

Além do contato íntimo com o alimento in natura, a horta promove reflexão sobre sustentabilidade e o impacto da presença do ser humano no planeta. Assim, não só o conteúdo da área de Ciências Naturais e Matemática é trabalhado como também Educação Ambiental e até História e Geografia. O trabalho interdisciplinar de forma horizontal tendo a Horta como centro é de fundamental importância para conscientização das novas gerações.

Diversas escolas por todo o país utilizam o cultivo em hortas escolares como meio de dar acesso aos alunos à tão primordial conhecimento, que antes o ser humano adquiria na família. Excelentes projetos estão neste momento em prática, na maioria de forma isolada, em escolas públicas e particulares. O que falta, em nosso entendimento é a adoção da horta como prática pedagógica como política pública, para dar acesso ao conhecimento alimentar a cada vez maior número de crianças e adolescentes.

PROPOSTAS CONCRETAS

→ Fomentar projetos pedagógicos em âmbito municipal focados na criação de hortas escolares;

HORTAS ESCOLARES

- Promover, por parte das Secretarias de Educação, a especialização e reciclagem aos professores que desejarem aprofundar conhecimentos na áreas das Ciências e Educação Ambiental;
- Participar da Rede Municipal de Nutrição no programa de modo a que profissionais capacitados possam trabalhar no aproveitamento da produção das hortas na merenda escolar;
- Garantir a visitas periódicas dos alunos participantes dos projetos às cozinhas escolares para acompanhamento do preparo das refeições com produtos cultivados na escola.



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

INSTITUTO REAJA

PROPOSTA

Fiscalização, monitoramento e avaliação crítica e com participativa democrática do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

JUSTIFICATIVA SOCIAL DA PROPOSTA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem como objetivo contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento biopsicossocial por meio da consolidação de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar. Os recursos, de natureza suplementar, são transferidos pela União diretamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios de acordo com o censo escolar do ano anterior.

O PNAE atende alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Atualmente são beneficiários do PNAE 42,6 milhões de estudantes.

Na condição de principal executor do programa, o Município tem um papel fundamental na implementação, avaliação e fiscalização do adequado cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A consolidação e fortalecimento da autonomia do Conselho de Alimentação Escolar – órgão colegiado responsável pela fiscalização da transferência e distribuição dos recursos federais – constitui uma das estratégias fundamentais na promoção do direito humano à alimentação adequada no âmbito escolar.

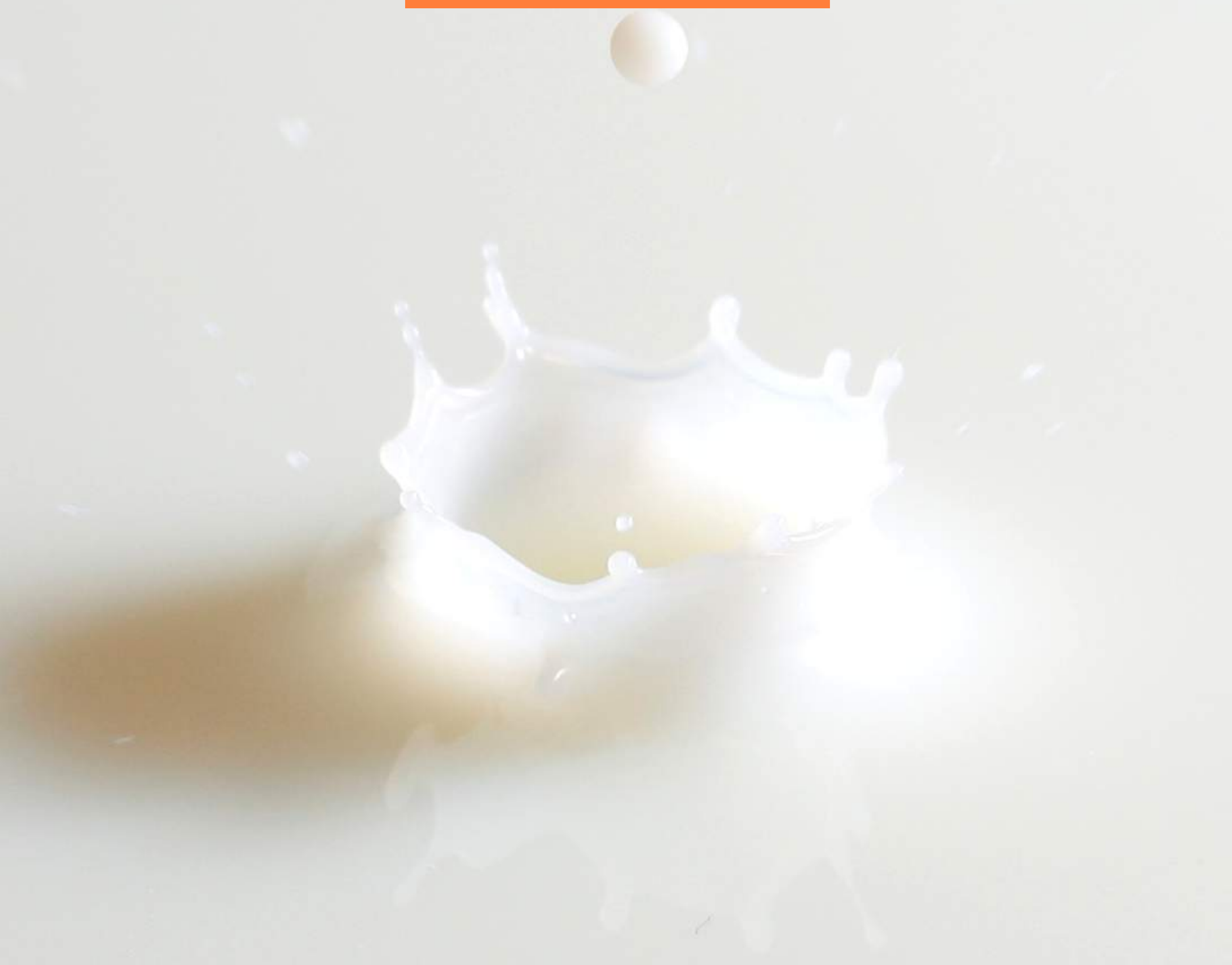
PROPOSTAS CONCRETAS

→ Certificar-se de que 30% do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação são utilizados para aquisição de gêneros alimentícios originados da agricultura familiar, nos termos do artigo 14 da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

→ Elaborar, a partir de diagnóstico realizado pela nutricionista do Município, um projeto de alimentação especial para alunos com restrições alimentares, incluindo as recomendações de segurança alimentar referentes à contaminação cruzada e controle de traços na cozinha escolar. O cardápio deve ser alterado e a alimentação deve atender a todos, sem qualquer tipo de discriminação;

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- Reconhecer as diferenças regionais e culturais no momento de elaboração do cardápio, de modo a valorizar a culinária tradicional e as práticas alimentares locais, principalmente, em escolas com a presença de indígenas, quilombolas e outras minorais;
- Promover a complementação da alimentação escolar com produtos oriundos da horta escolar;
- Elaborar programa de aperfeiçoamento contínuo das merendeiras com o objetivo de aumentar o nível de qualificação sobre questões alimentares, inclusive com a conscientização sobre desperdício de alimentos, agroecologia, hortas escolares e alergia à proteína do leite de vaca e outras restrições alimentares;
- Promover a aquisição e incorporação nas merendas escolares, de modo gradual e contínuo, de produtos orgânicos ou de base agroecológica;



ALERGIA ALIMENTAR



ALERGIA ALIMENTAR

MOVIMENTO PÕE NO RÓTULO

PROPOSTA

Criação de políticas públicas que visem salvaguardar os direitos da população que convive com alergia alimentar, com especial ênfase, no âmbito municipal, envolvendo ações que objetivem garantir um ambiente seguro nas escolas, creches e unidades de saúde, com a capacitação dos respectivos quadros de funcionários em relação ao tema da alergia, no que se refere à oferta de alimentos e serviços de alimentação seguros, enfrentamento de situações de emergências nos casos de reações alérgicas, bem como em relação aos benefícios do aleitamento materno como forma de prevenção da alergia alimentar e de continuidade de tratamento.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

Pesquisa divulgada em dezembro de 2013 pela Organização Mundial de Alergia (WAO) aponta que os casos de alergia alimentar vêm crescendo a cada ano e que 10% das crianças em idade pré-escolar têm alergia alimentar.

ALERGIA ALIMENTAR

Não bastasse a relevância destes números per se, as pesquisas apontam que a incidência de alergia alimentar tem aumentado sensivelmente: nos Estados Unidos, houve um aumento de 18% nos casos de alergia alimentar entre os anos de 1997 e 2007 (considerando a faixa de 0 a 18 anos)(1) e, na Europa, o número de internações de crianças por reações alérgicas severas aumentou 7 vezes nos últimos 10 anos (dado de 2012). No Brasil, embora não haja dados epidemiológicos publicados sobre alergias alimentares, a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia – ASBAI estima que a alergia alimentar afeta entre 6-8% das crianças e entre 2% da população adulta(2) , sendo certo que estudos indicam que as alergias estão acometendo mais pessoas, ficando mais persistentes e as reações mais graves(3) , fato que tem chamado a atenção em todo o mundo, incluindo a sociedade brasileira e o Governo. O tratamento desta população passa necessariamente pela exclusão de alérgenos, o que demanda a garantia do acesso a informações seguras quanto à presença de alimentos alergênicos nos produtos.

Os alimentos que mais provocam alergia são leite, soja, ovo, trigo, peixe, crustáceos, amendoim, oleaginosas(4) e, se uma pessoa que tem alergia a um ou mais destes alimentos, deve abster-se de consumi-lo(s).

ALERGIA ALIMENTAR

Na teoria, parece simples, mas, na prática, a adesão à dieta demanda uma série de medidas, dentre as quais o cuidado na oferta e preparo de alimentos, o que inclui a leitura cuidadosa dos rótulos para que não haja o consumo do ingrediente que lhe causa reações, assim como capacitação dos profissionais para que compreendam o risco de contaminação durante o preparo das refeições. Ademais, há que se viabilizar um atendimento mais seguro dos cidadãos alérgicos no caso de reações alérgicas, tanto no ambiente de creches e escolas, seja no ambiente dos serviços de saúde.

PROPOSTAS CONCRETAS

→ Incentivo a escolas e creches municipais a implementar um programa de merendas de acordo com as restrições alimentares dos alunos;

→ Treinamento escola/creche/unidades básicas de saúde para compra de alimentos (compra de produtos que já estejam adequados à RDC 26/16, com a informação clara e destacada sobre alergênicos e, na dúvida, orientação quanto à importância de se consultar o serviço de atendimento ao consumidor) e manuseio dos utensílios e ingredientes no preparo das refeições (a fim de evitar a contaminação cruzada);

ALERGIA ALIMENTAR

- Incentivo à criação de lactários que permitam a amamentação, armazenamento adequado e oferta de leite materno nos espaços das creches, escolas e unidades básicas de saúde;
- Treinamento de funcionários e professores para o caso de reações alérgicas nos ambientes escolares e instituição de plano de ação de emergência;
- Capacitação de funcionários para o caso de reações alérgicas nas unidades básicas de saúde e padronização de plano de ação para os casos de emergência;
- Promoção de políticas públicas de treinamento e aperfeiçoamento aos professores e demais funcionários com o objetivo de difundir os conceitos básicos sobre as restrições alimentares.

Referências

- (1) <http://www.foodallergy.org/document.doc?id=194>, acesso em 29/10/12.
- (2) <http://www.sbai.org.br/impressao.asp?s=51&id=578>, acesso em 11/04/15.
- (3) <http://www.waojournal.org/content/6/1/21> e <http://www.foodallergy.org/facts-and-stats>, acesso em 11/10/14.
- (4) Estes ingredientes correspondem a 90% dos casos de hipersensibilidade alimentar: (<http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/08/04/alergias-perturbam-o-humor>, acesso 08/04/15).



EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTITUTO REAJA

PROPOSTA

Criação, expansão e aperfeiçoamento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, tais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

Os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional são instalações e espaços de infraestruturas destinados a promoção do direito humano à alimentação adequada no nível municipal. Estes equipamentos representam a concretização de uma política pública que visa promover uma alimentação equilibrada em espaços adequados para o atendimento à população. Dentre os principais equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional destacam-se os restaurantes populares (estabelecimentos administrados pelo Município que visam comercializar refeições prontas a preços acessíveis), cozinha comunitárias (espaços de produção de refeições que são distribuídas gratuitamente ou a preços acessíveis à população em situação de vulnerabilidade social) e banco de alimentos (instalação que realiza a arrecadação e distribuição de alimentos a partir da articulação entre o setor produtivo e a sociedade civil).

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Dados de 2011 indicam que existem, atualmente, 143 restaurantes populares, 482 cozinhas comunitárias e 104 banco de alimentos que, em conjunto, servem mais de 200 mil refeições por dia.

Os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional integram o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e União, Estados e Municípios possuem responsabilidades compartilhadas em relação a elaboração e implementação dessa política pública. Todavia, os municípios são os entes políticos responsáveis pela gestão do programa e, neste sentido, possuem a obrigação pela fiscalização, operacionalização e inovação institucional em relação à melhoria dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

PROPOSTAS CONCRETAS

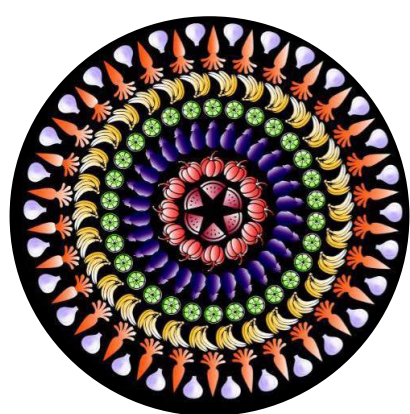
- Garantir a oferta de refeições noturnas nos restaurantes populares, após realização de estudos e pesquisa de demanda junto aos usuários;
- Criar um programa de transição gradual de alimentos provenientes da agroecologia, de modo a garantir uma alimentação livre de agrotóxicos a população de baixa renda;

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Assegurar que parte da aquisição de alimentos seja provenientes da agricultura familiar, de maneira a apoiar a o desenvolvimento da produção local;
- Viabilizar o multiuso dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, de modo a promover ações educativas, cursos de culinária, programas contra o desperdício, campanhas sobre o Guia Alimentar Brasileiro;
- Garantir que pessoas com restrições alimentares (alergias ao leite de vaca, celíacos, intolerantes) possam realizar suas refeições de modo seguro e inclusivo.



DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS



DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

COMIDA INVISÍVEL

PROPOSTA

Criação de políticas públicas municipais que diminuam o desperdício de alimentos e recuperem a comida que o consumidor não vê, o alimento próprio para consumo que é atirado no lixo todos os dias.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

O fim do desperdício pode representar o fim da fome no mundo. Não há falta de comida, há desrespeito com o que se produz. O desperdício de alimentos no mundo corresponde a 1,3 bilhões de toneladas. Isso equivale ao PIB da Suíça. Se colocássemos esses alimentos em aviões Boeing 747-400 daria para encher aproximadamente 9.300.000 aviões que, juntos, dariam 17 voltas em volta da Terra. Um alimento passou a ter a mesma importância que um carro, um tijolo, um celular, virou commodity (mercadoria). E, assim se tornando, perdeu o seu valor maior, o sagrado, aquilo que nos nutre e dá vida. Somente uma reconexão com esse sagrado, que nos faz voltar no tempo, entender nossos ancestrais e compreender sua real importância e a forma através da qual nos relacionarmos com os alimentos é que nos ajudará a solucionar o problema.

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

O Brasil figura entre os 10 países que mais desperdiça alimentos. É urgente a mudança desse cenário e o Comida Invisível é uma das propostas chanceladas pelo programa Save Food da FAO/ONU para atuar na redução do desperdício.

A reeducação de valores, o entendimento do consumo consciente e o contínuo diálogo com a sociedade civil estão em nossa pauta diária.

Acreditamos que a conscientização, informação e mudança de pequenos hábitos tem um enorme poder de transformação. Para nós a raiz do desperdício está no fato de que perdemos a conexão com a natureza. Nos tornamos controladores e não parte dela e isso muda o nosso referencial de vida. Nos enxergamos como dominadores, controladores e embrutecemos.

PROPOSTAS CONCRETAS

→ Elaborar, após amplo debate com a sociedade, um marco legal para as empresas que atuam com alimentos, processados ou não, darem a destinação correta a esses, encaminhando para doação os alimentos que não são considerados próprios para o comércio, mas que ainda são próprios para o consumo, a exemplo do Projeto de Lei 518-2015, uma iniciativa do Comida Invisível;

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

- Promover ações de educação alimentar e nutricional, de modo a construir um novo olhar em relação ao consumo e desperdício de alimentos. De uma forma didática, leve e divertida informamos as pessoas sobre os dados de desperdício no Brasil e no mundo, apresentando formas simples e orientando para a mudança de pequenos hábitos e experiências interessantes. É importante apresentar exemplos que inspiram, informações nutricionais sobre os alimentos, formas de aproveitamento integral, cores, texturas e pessoas interessantes engajadas na causa;
- Apoiar a produção local de produtos que busquem realizar o aproveitamento integral da fruta, inclusive originados da agroecologia;
- Criar um programa de logística na qual as frutas que seriam desperdiçadas sejam arrecadadas junto aos CEASAs e demais entrepostos possam retornar ao circuito de produção e consumo, de modo a apresentar a sociedade a qualidade, o sabor e a possibilidade de um fruto próprio para consumo mas que seria descartado;
- Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre comportamento do consumidor e formas de lidar com o alimento próprio para consumo que seria descartado.

SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE LOCAL



SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE LOCAL

INSTITUTO REAJA

PROPOSTA

Garantir o fortalecimento da conservação e intercâmbio de sementes crioulas por meio de políticas públicas que promovam a preservação e distribuição das sementes para os agricultores familiares.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PROPOSTA

Sementes crioulas são sementes tradicionais que foram selecionadas, armazenadas e cultivadas ao longo de gerações por agricultores familiares.

A agricultura moderna, ao utilizar um pequeno número culturas, criou um forte ciclo de dependência entre sementes melhoradas, adubos e defensivos químicos. O resultado desse processo foi a homogenização dos cultivos, perda da agrobiodiversidade e desvalorização do conhecimento tradicional dos agricultores locais.

SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE LOCAL

Por outro lado, o reconhecimento da importância da diversidade genética na agricultura pode aumentar a segurança alimentar da comunidade local, diminuir os custos de produção, valorizar os sistemas de troca de sementes entre as famílias, aumentar o número de culturas. Uma política pública municipal de preservação das sementes crioulas possui um valor estratégico na consolidação da soberania alimentar.

- Apoiar a formação técnica de grupos de agricultores denominados "Guardiões de Sementes", responsáveis pela seleção, preservação e armazenamento de sementes crioulas na região;
- Estimular a criação do Banco Comunitário de Sementes Crioulas, de modo a permitir a distribuição de sementes para agricultores locais;
- Fomentar a criação de Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioulas, espaço coletivo e de uso compartilhado entre agricultores para a secagem, seleção e estocagem de sementes. O Município, em parceria com a associação de produtores locais, pode apoiar a prática por meio da doação de terreno para o funcionamento da Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioula.

SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE LOCAL

- Organizar um calendário com eventos municipais que valorizem as sementes crioulas da região, tais como, festas, ferias e exposições;
- Criar campanha educativa no Município (rádios locais, escolas, feiras) com o objetivo de conscientizar o consumidor sobre a importância das sementes crioulas, de modo alterar o hábito de consumo apenas de produtos homogêneos e, assim, criar uma demanda real pelos produtos na região.



MUDA-SP MOVIMENTO URBANO DE AGROECOLOGIA

O MUDA é um movimento que é fruto da união de indivíduos que buscam uma nova maneira de viver na cidade e de se relacionar com o campo, resgatando as conexões entre o dia a dia rural e o urbano

Website: muda.org.br

Facebook: [/mudaspoficial](https://www.facebook.com/mudaspoficial)

Contato: mudasp@googlegroups.com



reaja

INSTITUTO REAJA - REDE DE ESTUDOS E AÇÕES EM JUSTIÇA ALIMENTAR

O Instituto Reaja é uma organização que se propõe a refletir criticamente sobre o tema da Justiça Alimentar a partir de ações de conscientização, advocacy e pesquisa científica.

Website: institutoreaja.org/

Facebook: [/institutoreaja](https://www.facebook.com/institutoreaja)

Contato: contato@institutoreaja.org



CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

A Campanha é um esforço coletivo, assumido por um conjunto de organizações e pessoas, que visa combater a utilização de agrotóxicos e a ação de suas empresas (produtoras e comercializadoras), explicitando as contradições geradas pelo modelo de produção imposto pelo agronegócio.

Website: contraosagrototoxicos.org

Facebook: [/CampanhaContraOsAgrototoxicos](https://www.facebook.com/CampanhaContraOsAgrototoxicos)

Contato: contraosagrototoxicos.org/index.php/contato



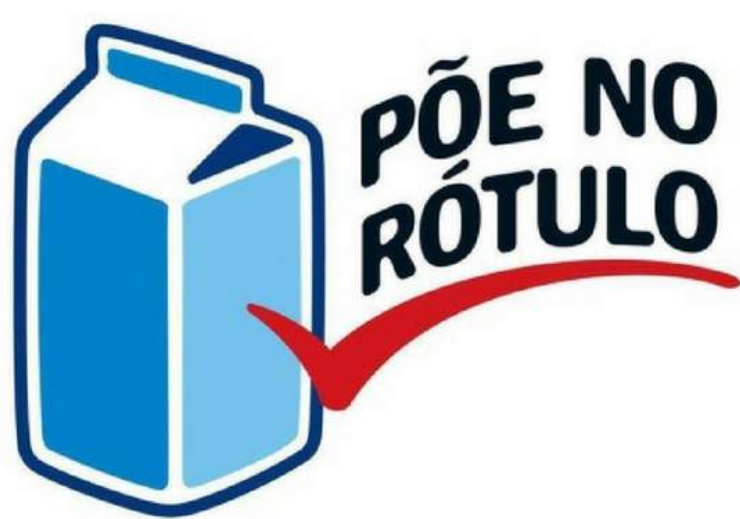
MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO - MILC -

O Movimento Infância Livre de Consumismo (MILC) é um movimento social formado por mães, pais e cidadãos comprometidos com uma infância livre de comunicação mercadológica dirigida a crianças

Website: milc.net.br/

Facebook: [/InfanciaLivredeConsumismo](https://www.facebook.com/InfanciaLivredeConsumismo)

Contato: infancialivredeconsumismo@gmail.com



PÕE NO RÓTULO

O Põe no Rótulo (#poenorotulo) foi criado em fevereiro de 2014 com o objetivo de conscientizar a população não-alérgica para a necessidade da rotulagem destacada de alimentos reconhecidamente mais alergênicos: trigo, leite, soja, ovo, peixe, crustáceos, amendoim, oleaginosas.

Website: poenorotulo.com.br

Facebook: [/poenorotulo](https://www.facebook.com/poenorotulo)

Contato: falecom@poenorotulo.com.br



COMIDA INVISÍVEL

O Comida Invisível é um projeto de ação social que combate o desperdício de alimentos produzidos, garantindo-lhes a correta destinação dos alimentos ainda próprios para consumo que perderam o valor comercial, existentes em entrepostos (CEAGESP, CEASAS), supermercados, feiras livres, indústrias alimentícias, a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Website: comidainvisivel.com.br

Facebook: [/Comida-Invisível](https://www.facebook.com/Comida-Invisível)

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO GUIA JUSTIÇA ALIMENTAR E CIDADANIA

A publicação do Guia Justiça Alimentar e Cidadania - Eleições 2016 - constitui um importante passo na construção de uma agenda comum de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal. Além da apresentação de 55 (cinquenta e cinco) propostas concretas, o Guia Justiça Alimentar e Cidadania possui o mérito de reunir e conectar diversas organizações, iniciativas e coletivos que lutam pela reformulação ética, política e econômica do nosso atual sistema alimentar.

A despeito de eventuais diferenças, o que unifica as organizações é a percepção compartilhada de que o alimento - e o ato de se alimentar - são fenômenos sociais e econômicos e, portanto, as decisões sobre o que comemos, quanto comemos e como comemos são resultado de deliberações políticas e não apenas escolhas individuais.

O Instituto Reaja, na condição de organizador da presente publicação agradece a participação de todas as entidades e reafirma a convicção de que a concretização de um novo sistema alimentar depende da articulação e engajamento da sociedade civil organizada no processo de formulação de pautas políticas alimentares.

INSTITUTO REAJA

<https://institutoreaaja.org/>

<https://www.facebook.com/institutoreaaja/>

É permitida a reprodução parcial ou total
desta obra, desde que citada a fonte

www.institutoreaaja.org
contato@institutoreaaja.org

